

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.327.923 - GO (2018/0176265-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : ADM DO BRASIL LTDA
OUTRO NOME : ADM GRAIN RIVER SYSTEM INC
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA FREITAS E OUTRO(S) - SP166496
CELSOS UMBERTO LUCHESI - GO023694A
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : DIWEY STARNLY FERREIRA QUEIROZ E OUTRO(S) - GO024609
LUIZ GONZAGA SOARES GIL - GO024200
AGRAVADO : MOINHO GOIAS SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : MURILLO MACEDO LÔBO - ADMINISTRADOR JUDICIAL -
GO014615
MAURACY ANDRADE DE FREITAS - GO016620
ANDRÉA MACEDO LOBO - GO008013
VITOR SILVEIRA ROCHA - GO038878
INTERES. : AGRORESERVAS DO BRASIL LTDA
INTERES. : CARGILL AGRÍCOLA S A
INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A
INTERES. : BAYER S/A

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA em face de decisão que não admitiu o recurso especial.

2. A parte agravante não rebate, de forma específica e clara, o fundamento da decisão de admissibilidade de incidência da Súmula nº 284/STF relativamente ao art. 1.022 do CPC, limitando-se a infirmar os outros fundamentos e, quanto a esse, a reafirmar as razões do especial de existência de vício no acórdão recorrido.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1.973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

Continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece

Superior Tribunal de Justiça

como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de ver o seu agravo não conhecido.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo de BANCO DO BRASIL SA.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator